

autenticada de instrumento público;

1.5- Identidade e CPF do procurador (quando for o caso);

l		

Planejamento		
DECLIEDIMENTO DE DECLII ADIZAÇÃO FISCAL		SICOP: 22119
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL		
I– PETIÇÃO		
O proprietário do imóvel abaixo descrito, ou, se for o caso, po REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU - SALAS Hipótese Legal: Art. 63, § 5º da Lei 691/84.		ntante legal, vem requere
II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).		
Inscrição: Código d	o Logradouro (CL):	
Endereço:		
Bairro: CEP:		
III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obriga	tório).	
Nome:		
CPF/CNPJ: E-mail:		
Identidade e órgão expedidor: Telefone (s)	:	
IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obri	gatório).	
Nome:		
E-mail:		
Endereço:		
Bairro: CEP:		
V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso	de procuração).	
Nome:		
CPF: E-mail:		
Identidade e órgão expedidor: Telefone (s):		
VI- DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME	DO PEDIDO	(Preenchimento do Servidor)
(apresentar original e cópia ou cópia autenticada, salvo:		DOCUMENTO
 i. exceções sinalizadas; e ii. cópia simples do documento com código de validação, c 	uia autenticidade possa se	, JUNTADO?
conferida no sítio eletrônico do Órgão ou instituição que a	•	
1- Identificação do requerente:		
1.1- Identidade e CPF do proprietário (pessoa física), sócio-	gerente ou diretor (pessoa	
jurídica), do inventariante (espólio), na hipótese de não hav		
promitente comprador estará habilitado a requerer se estivo a promessa estiver registrada no Registro de Imóveis (RI).		
requerer o adquirente de imóvel no caso de sucessão here		
RI, desde que seja apresentado o formal de partilha homolo	ogado;	
1.2- Termo de Inventariante ou Escritura Pública de Inventa a partilha não tiver sido homologada;		(S) (N) (NA)
1.3- Contrato Social, ou Estatuto e Ata de eleição da última registrados (proprietário pessoa jurídica);	diretoria, devidamente	(S) (N) (NA)
1.4- Procuração outorgada pelas pessoas indicadas no sub contendo poderes específicos para o pleito e com firma rec		o), (S) (N) (NA)

2- Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis. Caso o titular indicapresentada não coincida com o que conste no carnê do IPTU, será emitida há menos de seis meses da data do pedido. Quando for o caserá exigida escritura de cessão de direitos sobre esse bem (ou dec lavrada em Ofício de Notas ou registrada no Registro de Títulos e Do	(S) (N) (NA)			
3- Cópia das duas primeiras folhas do último carnê de IPTU recebido cadastrais do imóvel);	(S) (N) (NA)			
4- Contrato de locação (se for o caso);		(S) (N) (NA)		
5- autorização, com firma reconhecida, para o requerente pleitear o l 5.1) a ser emitida pelo proprietário do imóvel, no caso em que o requeremente comprador não imitido na posse ou com promessa não r de Imóveis; 5.2) a ser emitida pelo proprietário do imóvel ou pelo promitente com posse e com promessa registrada no RI, nos demais casos de pedidocupante;	(S) (N) (NA)			
6- croqui ou planta baixa do imóvel, com indicação das atividades de parte;	(S) (N) (NA)			
7- comprovação da existência de atividade de exibição cinematográf jornais ou revistas, reclames, etc.);	(S) (N) (NA)			
8- certidão expedida pela Riofilme, comprovando que o cinema cum exibição de filmes nacionais em determinado exercício. (Se várias s agregadas numa só inscrição imobiliária, a certidão deve menciona cumpriram as cotas).	(S) (N) (NA)			
● LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL				
VII– Este requerimento não afasta a incidência de acréscimos moratórios sobre o tributo, se este for considerado devido, a menos que seja efetuado depósito administrativo na forma prevista no Decreto 14.602/96, artigos 171 § 3º, 173 , 174 - I e parágrafo único.				
VIII- Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes no quadro VI e VII.	Recebido.			
Data:/	Data:/			
Nome do Requerente ou Procurador				
Assinatura do Requerente ou Procurador	Nome, matrícula e assi	natura do servidor		